

# Superior Tribunal de Justiça

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.626.363 - GO (2016/0242656-2)**

**RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI**  
**RECORRENTE : SEMENTES SELECTA S/A - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**  
**ADVOGADO : LEONARDO ISSY E OUTRO(S) - GO020695**  
**RECORRIDO : VINICIUS BORGES DI FERREIRA**  
**ADVOGADO : VINÍCIUS BORGES DI FERREIRA (EM CAUSA PRÓPRIA) E OUTROS - GO019673**  
**INTERES. : JOSÉ CAETANO DA COSTA**  
**INTERES. : ANDRÉIA RODRIGUES LOPES DA COSTA**  
**INTERES. : EDSON XAVIER FERRO**  
**INTERES. : JOANA D'ABADIA DAMACENO FERRO**  
**INTERES. : MARLI ROSA FERRO**  
**INTERES. : JOAQUIM PARREIRA FARIA**  
**INTERES. : MIRELE LUIZA BARBOSA**  
**INTERES. : MESSIAS PAIVA SOBRINHO**  
**INTERES. : GALENO DA SILVA FERRO**  
**INTERES. : EDUARDO JOSÉ COTRIM**  
**INTERES. : SÔNIA MARIA DE MELO COTRIM**

## DECISÃO

Cuida-se de recurso especial interposto por **SEMENTES SELECTA S/A**, fundamentado na alínea "a" e "c" do permissivo constitucional, em desafio ao acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, assim ementado (fl. 561, e-STJ):

AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO PROVISÓRIA. TRANSAÇÃO ENTRE LITIGANTES SOBRE HONORÁRIOS DE SEUS PROCURADORES. DIREITO AUTÔNOMO DO ADVOGADO À VERBA HONORÁRIA. DESPROVIMENTO. A transação firmada entre os litigantes prevendo genericamente que cada parte deveria arcar com os honorários de seu advogado não compreende os honorários de sucumbência. Assim, os termos de acordo, sem qualquer menção à verba honorária já fixada na sentença não têm o condão de prejudicar os honorários de sucumbência devidos ao advogado (inteligência dos arts. 23 e 24, § 4º, da Lei nº 8.906/94). Agravo de instrumento conhecido e desprovido.

Embargos de declaração rejeitados (fls. 578/586, e-STJ).

Em sede de juízo de adequação, o Tribunal de origem tornou sem efeito parte do acórdão que julgou os embargos de declaração, acolhendo-os em parte, nos seguintes termos (fls. 663/664, e-STJ):

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. DEVOLUÇÃO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS JÁ EXECUTADOS E LEVANTADOS PELO CAUSÍDICO. INTERPOSIÇÃO DE RECURSO ESPECIAL.

PRONUNCIAMENTO DEFINITIVO DO STJ EM RECURSO REPETITIVO. PEÇAS NECESSÁRIAS PARA A COM PREENSÃO DA CONTROVÉRSIA. OPORTUNIDADE PARA REGULARIZAÇÃO DO INSTRUMENTO. DIVERGÊNCIA CONSTATADA. JUÍZO DE RETRATAÇÃO EXERCIDO PARA SANAR OMISSÃO. SUCUMBÊNCIA DE UM DOS AUTORES COMPROVADA. RESTITUIÇÃO DE HONORÁRIOS RELACIONADOS SOMENTE AO AUTOR SUCUMBENTE. 1. Revela-se cabível o juízo de retratação previsto no art. 543-C, §7º, II, do Código de Processo Civil (rito dos recursos repetitivos), e art. 5º, II, da Resolução n. 6/08 da Corte Especial deste Sodalicio, pois, no atinente a questão controvertida (possibilidade de a agravante complementar o agravo de instrumento com documento necessário), há divergência de fundamentação do acórdão recorrido em relação ao pronunciamento definitivo do Superior Tribunal de Justiça, firmado em sede do REsp. n. 1.02.467/RJ. 2. Contudo, revendo os autos atentamente, depreende-se que todas as peças necessárias à compreensão da controvérsia já estão presentes, nada mais havendo a ser juntado ao caderno recursal. 3. Na verdade, após o julgamento do REsp n. 890.226/G0, interposto no bojo da ação original (rescisão de contrato), restou esclarecer seus efeitos em relação ao único autor sucumbente. 4. A decisão proferida no mencionado recurso especial reformou a sentença de 1º grau, julgando improcedente o pedido inicial. Decorrencia lógica dessa reforma é a inversão dos ônus da sucumbência, que deverão, agora, ser suportados pelo autor sucumbente. 5. Considerando, pois, que os honorários sucumbenciais já haviam sido levantados pelo respectivo causídico, ora embargado, este deverá restituir à empresa ré/embargante parte do valor recebido, que corresponde a 1/7 (um sétimo) do valor total levantado. 6. Devem, pois, ser parcialmente acolhidos os embargos de declaração opostos pela ré, para sanar a omissão relacionada à devolução dos honorários sucumbenciais em razão da reforma da sentença. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO PARCIALMENTE ACOLHIDOS.

Nas razões de recurso especial (fls. 594/611, e-STJ), a parte recorrente aponta, além de dissídio jurisprudencial, ofensas artigos 522 e 525, II, do CPC/73, afirmando que o agravo não poderia ter sido julgado sem a juntada de peças facultativas, necessárias para a análise da controvérsia.

Alega que o artigo 535, I e II, do CPC/73 foi violado, na medida em que o acórdão foi omissivo e contraditório sobre pontos essenciais para o deslinde da controvérsia, mesmo após a oposição de embargos de declaração.

Afirma que deve ser considerada válida a disposição do acordo que trata dos honorários, já que firmado com a interveniência do advogado, nos termos dos artigos 24, § 4º, da Lei 8.906/94 e 840 do CC.

Por fim, aduz que os artigos 475-N, V, 475-O, II, e 512 do CPC/73 foram violados, pois a sentença que homologou o acordo celebrado, bem como o acórdão proferido pelo STJ, substituíram o título executivo objeto de execução provisória, devendo as partes voltarem ao estado anterior, com a restituição do que foi recebido indevidamente pelo recorrido.

Sem contrarrazões.

# Superior Tribunal de Justiça

Admitido o recurso na origem (fls. 681/683, e-STJ), ascenderam os autos a esta Corte.

É o relatório.

Decido.

A irrisignação não merece prosperar.

De início, consigne-se que a decisão recorrida foi publicada antes da entrada em vigor da Lei 13.105 de 2015, estando o recurso sujeito aos requisitos de admissibilidade do **CPC/73**, conforme Enunciado Administrativo 2/2016 do Plenário do Superior Tribunal de Justiça (AgRg no AREsp 849.405/MG, Quarta Turma, Julgado em 5/4/2016).

1. Verifica-se a ausência de interesse recursal no que se refere à questão do julgamento do agravo de instrumento, bem como à devolução dos valores pagos ao advogado com relação ao requerente Galeano da Silva Ferro, uma vez que, no acórdão às fls. 663/664, e-STJ, a questão foi reconsiderada, reconhecendo-se a presença de todos os documentos necessários ao julgamento do agravo e reformando-se o acórdão para determinar a devolução do que foi levantado pelo causídico proporcionalmente à parte do referido requerente.

2. Outrossim, a parte insurgente aponta violação ao artigo 535, I e II, do CPC/73, ao argumento de que, mesmo após a oposição de embargos de declaração, o acórdão recorrido permaneceu omisso com relação à questão da substituição da sentença provisoriamente executada e de como os acordos celebrados com a interveniência do recorrido não lhe afetariam.

Da leitura do acórdão recorrido, notadamente da fundamentação constante às fls. 558/559, e-STJ, não se vislumbra qualquer vício, na medida em que o órgão julgador dirimiu todas as questões que lhe foram postas à apreciação, de forma clara e sem omissões, embora não tenha acolhido a pretensão da parte agravante.

Na mesma linha, os seguintes precedentes: AgRg no REsp 1291104/MG, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 17/05/2016, DJe 02/06/2016; AgRg no Ag 1252154/SP, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 23/06/2015, DJe 30/06/2015; REsp 1395221/SP, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, julgado em 05/09/2013, DJe 17/09/2013.

Cumpra registrar, que a orientação desta Corte é no sentido de que o julgador não está obrigado a rebater, um a um, os argumentos invocados pelas partes, nem a indicar todos os dispositivos legais suscitados, quando tenha encontrado motivação satisfatória para dirimir o litígio, como ocorreu na hipótese *sub judice*.

Nesse sentido, confira-se:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. 1. OFENSA AO ART. 535 DO CPC. INEXISTÊNCIA. [...] 1. Não há ofensa ao art. 535 do CPC, pois o Tribunal de origem decidiu a matéria de forma fundamentada. O julgador não está obrigado a rebater, um a um, os argumentos invocados pelas partes, quando tenha encontrado motivação satisfatória para dirimir o litígio. 2. O Tribunal de origem por ocasião do julgamento do recurso examinou as questões, embora de forma contrária à pretensão do recorrente, não existindo omissão a ser sanada. [...] 5. Agravo regimental improvido. (AgRg no AREsp

# Superior Tribunal de Justiça

627.146/RJ, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 20/10/2015, DJe 29/10/2015) [grifou-se]

PROCESSUAL CIVIL. VIOLAÇÃO AOS ARTS. 535, 826 E 927 DO CPC. OMISSÃO. INEXISTENTE. JULGADO DEVIDAMENTE FUNDAMENTADO. CONCLUSÃO FIRMADA COM BASE NA MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. SÚM. 7/STJ. DISSÍDIO INTERPRETATIVO. NÃO OBEDIÊNCIA AOS TERMOS REGIMENTAIS. REGIMENTAL NÃO PROVIDO. 1. Não se configurou a ofensa ao art. 535 do Código de Processo Civil, uma vez que o Tribunal de origem julgou integralmente a lide e solucionou a controvérsia, tal como lhe foi apresentada. Não é o órgão julgador obrigado a rebater, um a um, todos os argumentos trazidos aos autos pelas partes. Deve apenas enfrentar a demanda, observando as questões relevantes e imprescindíveis à sua resolução. [...] 4. Agravo regimental não provido. (AgRg no AREsp 498.536/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 08/09/2015, DJe 16/09/2015) [grifou-se]

3. Por fim, no que se refere à validade dos acordos firmados e a devolução dos valores recebidos pelo recorrido com relação aos demais requerentes, extrai-se do acórdão recorrido (fls. 558/559, e-STJ):

Lado outro, no que concerne à restituição das demais parcelas referentes aos honorários sucumbenciais fixados pela sentença de fls. 90/101, sob o argumento de que os acordos firmados pelas partes litigantes previram que cada qual arcaria com os honorários de seu patrono, também irretocável a fundamentação deli- neada na decisão ora combatida.  
[...]

Compulsando os autos, mais especificamente os termos de acordo, verifica-se não ter havido qualquer menção à verba honorária já fixada pela sentença proferida nos autos da ação revisional de contrato. O que se vê é uma menção genérica de que cada parte deveria arcar com os honorários de seu advogado, o que sugere tratar-se de honorários contratuais, mormente tendo em vista que os acordos encerravam mais de uma contenda judicial.

Sendo assim, considerando-se que não houve qualquer alteração, pelo teor do acordado entre os litigantes, da verba honorária anteriormente fixada na sentença de fls. 90/101, esta pertence de pleno direito ao agravado, motivo pelo qual descabe restituição do montante percebido via execução provisória.

Como se vê, o Tribunal de origem, com base nas provas produzidas nos autos, em especial na análise dos termos dos acordos firmados entre as partes, concluiu que são devidos os honorários sucumbenciais, já que não havia qualquer menção à verba honorária já fixada pela sentença proferida nos autos da ação revisional de contrato.

Nesse contexto, a pretensão recursal de rever tal decisão implica em reexame do do acervo fático e probatório dos autos, providencia inviável em sede de recurso especial, em atenção ao óbice da Súmula 7 do STJ.

Nesse sentido:

# *Superior Tribunal de Justiça*

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO ORDINÁRIA. ACORDO EXTRAJUDICIAL REALIZADO ENTRE AS PARTES PREVENDO FINANCIAMENTO DO IMÓVEL OBJETO DO LITÍGIO. TRIBUNAL A QUO CONCLUIU PELA AUSÊNCIA DE MÁ-FÉ DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA E ANÁLISE DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS 7 E 5 DO STJ. AGRAVO DESPROVIDO.

1. O Tribunal de origem, à luz das provas carreadas aos autos, concluiu pela inexistência de má-fé na conduta da ora agravada, pois o acordo entabulado não previa que o financiamento do imóvel objeto do litígio seria realizado sem a análise dos devidos pré-requisitos.

Dessa forma, a pretensão posta no apelo nobre, quanto à existência de má-fé por parte da ora agravada, demandaria o reexame do acervo fático-probatório e análise de cláusulas contratuais, inviável em sede de recurso especial, conforme dispõem as Súmulas 5 e 7 do STJ.

2. Agravo interno desprovido. (AgInt no REsp 1796973/CE, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 23/04/2019, DJe 14/05/2019) [grifou-se]

AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ACORDO DESCUMPRIDO. IMPUGNAÇÃO À EXECUÇÃO. ART. 535 DO CPC. APLICAÇÃO DA SÚMULA N. 284/STF. DUPLICIDADE DOS HONORÁRIOS. SÚMULAS N. 83 E 7/STJ. JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA FIXADOS EM ACORDO JUDICIAL. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULAS N. 5 E 7/STJ.

1. Aplica-se a Súmula n. 284 do STF quando, em prejuízo da compreensão da controvérsia, a parte não demonstra, com clareza e precisão, a necessidade de reforma do acórdão recorrido no que se refere à alegada ofensa ao art. 535 do CPC.

2. São cabíveis honorários advocatícios em fase de cumprimento de sentença, haja ou não impugnação, depois de escoado o prazo para pagamento voluntário a que alude o art. 475-J do CPC, que somente se inicia após a intimação do advogado, com a baixa dos autos e a aposição do "cumpra-se" (REsp. n.º 940.274/MS).

3. Apenas no caso de acolhimento da impugnação, ainda que parcial, serão arbitrados honorários em benefício do executado, com base no art. 20, § 4º, do CPC.

4. Não há como rever os percentuais fixados a título de honorários advocatícios se, para isso, o Tribunal de origem baseou-se nas peculiaridades do caso e das provas produzidas pelas partes. Inviável rever o entendimento fixado pelas instâncias de origem se a sua análise demandar, além da revisão de cláusulas contratuais, a incursão ao acervo fático-probatório dos autos.

5. Agravo regimental desprovido. (AgRg no AREsp 129.735/MG, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, TERCEIRA TURMA, julgado em 17/11/2015, DJe 23/11/2015) [grifou-se]

Inafastável, no ponto, o teor da Súmula 7 do STJ, óbice que impede a análise do recurso por ambas as alíneas do permissivo constitucional.

# *Superior Tribunal de Justiça*

4. Do exposto, **nego provimento** ao recurso especial.  
Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

**MINISTRO MARCO BUZZI**

Relator

